Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações dos superávits

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos administradores **Associação Joseense para o Fomento da Arte e Cultura.** São José dos Campos - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação Joseense para o Fomento da Arte e Cultura** em 31 de dezembro de 2013, as respectivas demonstrações de superávit e patrimônio social correspondente ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração da associação sobre as demonstrações contábeis

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades sem finalidade de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Associação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Joseense para o Fomento da Arte e Cultura** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

As demonstrações contábeis da Associação Joseense para o Fomento da Arte e Cultura, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Entretanto, os contratos de nº 24.892/11 e nº 27.196, ambos firmados com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, responsáveis pela origem das verbas da administração, manutenção e eventos da Associação, se encerram em 31 de dezembro de 2014. Até o presente momento, não há evidências formais de renovação dos referidos contratos, o que gera dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Associação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Em 31 de dezembro de 2012, as demonstrações contábeis da Associação foram auditadas por outros auditores independentes, com relatório emitido em 5 de Fevereiro de 2013, o qual continha a ênfase referente à continuidade.

São José dos Campos, 14 de fevereiro de 2014.

Ricardo José Patine Filho

Socio Director

CRC 1SP252050/O-9

Verdus Auditores Independentes

CRC 2SP027296/O-2

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2013

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Joseense para o Fomento da Arte e Cultura, localizada na rua Engenheiro Prudente Meireles de Moraes 302, São José dos Campos — SP, é uma associação civil sem fins lucrativos, políticos-partidários ou religiosos.

Seu objetivo principal é o desenvolvimento da cultura, a pesquisa e do ensino, e, especificamente, a consecução dos seguintes objetivos:

- Administrar, prestar e explorar todo tipo de serviços públicos ou privados de arte, cultura e preservação histórica, artística, arquitetônica e cultural, inclusive os auxiliares, complementares ou derivados;
- Elaboração de estudos, programas, e projetos de viabilidade para transformação do município em pólo regional nas áreas de arte, cultura e afins.

A Associação teve início em 2007, mas o primeiro balanço apresentado nas demonstrações contábeis, é o de 2011, em virtude de suas operações iníciarem a partir de 1º de agosto de 2011, com o contrato com a prefeitura de São José dos Campos.

ASSOCIAÇÃO JOSEENSE PARA O FOMENTO DA ARTE E CULTURA. Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(em milhares de Reais)

		2012		71	31	202	7.404	7.711		1			7,711	0
		2013		64	3	202	7.669	7.938		126	126		8.064	
	Nota	explicativa		7		00	6							
Passivo e patrimônio social		Ψ	Circulante	Fornecedores	Obrigações tributárias	Obrigações trabalhistas	Recursos de projetos		Patrimônio social	Superávit			Total do passivo e patrimônio social	
		2012			1.615	5.974	6	7.598		34	79	113	7 711	99.11
		2013			892	7.054	9	7.952		1	112	112	8.064	
	Nota	explicativa			4	5					9			
		ех												

ASSOCIAÇÃO JOSEENSE PARA O FOMENTO DA ARTE E CULTU AS Demonstração do superávit
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 Pa (em milhares de reais)

ASSOCIAÇÃO JOSEENSE PARA O FORMENTO DA ARTE E CULTUR. Demonstração do patrimônio social Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (em milhares de reais)

Superávit	Acumulado Total				1		3		126 126		126 126			ante das demonstrações contábeis.
			Saldo em 31 de Dezembro de 2011				Saldo em 31 de Dezembro de 2012				Saldo em 31 de Dezembro de 2013			As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
0		4.665	55	75	1	4.795		(3.493)	(1.300)	(2)		1		ontábeis.
0		7.177	193	44	33	7.447		(6.464)	(851)	(9)		126		instrações c
Nota						10		11	12					ante das demo
		Subvenções para custeio	Doações diversas	Outras receitas	Receitas com serviços	(=) Superávit bruto		Despesas gerais e administrativas	Custos com projetos	Outras despesas		(=) Superávit do exercício	(-) IR/CS diferidos	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Em 2013 a Associação renovou seu contrato nº 24.892/11 junto à Prefeitura Municipal de São José dos Campos, conforme descrito na nota explicativa nº 5. O contrato referese a administração e manutenção do Parque Vicentina Aranha, localizado na cidade de São José dos Campos e tem vigência até 31 de dezembro de 2014.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, os Pronunciamentos Técnicos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como os pronunciamentos aplicáveis a entidades sem fins lucrativos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC - (NBC ITG 2002 e Resolução nº 1.159 de 13 de fevereiro de 2009) e a Lei nº 9.532/97.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão por sua administração em 31 de janeiro de 2014.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. APURAÇÃO DO SUPERÁVIT

O superávit é apurado em conformidade com o regime de competência.

3.2. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da associação use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para liquidação de créditos duvidosos, provisão para contingências, entre outras.

Apesar de refletirem a melhor estimativa possível por parte da administração, a liquidação nas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

3.3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

3.4. PROJETOS A RECEBER

Compostos pelos contratos firmados com associações, fundações, entidades privadas e governamentais, em seu correto período de competência. Quando caracterizados de longo prazo, esses contratos são submetidos ao cálculo do valor presente, utilizando uma taxa média de mercado. Também são consideradas possíveis provisões por crédito de liquidação duvidosa, quando aplicável.

3.5 ATIVO IMOBILIZADO

Os bens do ativo imobilizado foram avaliados e registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados.

A depreciação foi calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 6 e levou em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Associação. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

3.6. PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço social. Quando aplicável, os passivos circulante e não circulante são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas possíveis do risco envolvido. Uma provisão é reconhecida no balanço social quando a Associação possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é possível que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

A provisão para férias e respectivos encargos foi constituída com base nas férias vencidas e proporcionais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2013	2012
Aplicações financeiras	607	1.251
Bancos conta movimento	284	352
Caixa	1	12
	892	1.615

A rubrica "Aplicações financeiras", registrada no valor de R\$607 (R\$1.251 em 2012), é composta por recursos oriundos das atividades operacionais que são mantidos em poupança à taxa média de 0,5% ao mês.

5. RECURSOS A RECEBER

	2013	2012
Reembolso de terceiros	6.982	5.974
Adiantamento de férias	63	
Outros	9	-
	7.054	5.974

A rubrica "Recursos a receber", registrada no valor de R\$7.054 (R\$5.974 em 2012) é composta por valores a receber dos contratos firmados com entidades para manutenção de suas operações.

A rubrica "Reembolso de terceiros", registrada no valor de R\$6.982 (R\$5.974 em 2012), é composta pelo contrato nº 24.892/11 firmado junto à Prefeitura Municipal de São José dos Campos com o objetivo de administração e manter o Parque Vicentina Aranha, localizado na cidade de São José dos Campos, pelo Convênio firmado com a Fundação Cassiano Ricardo, nº 004/P/2013 com o objetivo de manter a Orquestra Sinfônica de São José dos Campos, e pelo contrato nº 27.196 firmado junto a Prefeitura Municipal de São José dos Campos para o Projeto Educação Musical.

Atualmente o contrato de nº 24.892/11, firmado com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, é o principal contrato da Associação, soma o valor de R\$5.353 e tem por vigência até a data de 31 de dezembro de 2014.

A rubrica "Outros créditos", registrada no valor de R\$ 9 mil em 2013, é composta por tributos e contribuições a compensar.

6. IMOBILIZADO

a) Composição:

				Saldo	
	Taxa de		Depreciação		
	Depreciação %	Custo	acumulada	2013	2012
Móveis e utensílios	10	51	3	49	9
Equipamentos de informática	20	58	17	41	44
Instalações	10	19	3	16	18
Maquinas e equipamentos	10	7	1	6	7
Ferramentas/acessórios/Insrumentos	10	1	0	1	1
	_	136	24	112	79

b) Movimentação do ativo imobilizado

	Saldo			Saldo
	2012	Adições	Baixas	2013
Equipamentos de informática	51	7	-	58
Móveis e utensílios	10	41	-	51
Instalações	19	-	-	19
Maquinas e equipamentos	7	-	-	7
Ferramentas/acessórios/insrumentos	1	-	-	1
	88	48		136

Conforme determinado pelo Comitê de Pronunciamentos Contabeis CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamental, a Associação reconhece a receita de subvenção decorrente da compra de imobilizado conforme a sua realização, reconhecida quando o ativo é depreciado.

7. FORNECEDORES

	2013	2012
Engeseg	35	33
Construtora Lorenvale	18	-
Outros	6	19
Associação Cultural	5	-
C&C Comunicações	-	8
NTZ Comunicação	Name of the party of the state	11
	64	71

A rubrica "Fornecedores", registrada no valor de R\$64 (R\$71 em 2012) é composta pelos gastos com estrutura física, segurança e outros, com o objetivo de manter as atividades da Associação.

8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2013	2012
Provisão de rérias	198	104
Encargos sociais a recolher	2	73
Salários a pagar	1	28
	202	205

Em 2013 a Associação possuí registrado aproximadamente 60 profissionais. Seus salários e benefícios são pagos dentro do mês.

9. R ECURSOS DE PROJETOS

	2013	2012
Contrato de Gestão PMSJC	7.511	7.233
Convenio FCCR	121	128
Convenio MINC	37	43
	7.669	7.404

A rubrica "Recursos de projetos", registrada no valor de R\$7.669 (R\$7.404 em 2012), é composta por recursos recebidos dos contratos e convênios vigentes. Estes recursos são reconhecidos no resultado do exercício conforme sua competência.

Os contratos nº 24.892/11 e nº 27.196, firmados com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, registrado no valor de R\$7.511 (R\$7.232 em 2012), tem como objetivo a administração, restauro e manutenção do Parque Vicentina Aranha.

O convênio nº 004/P/2013 Fundação Cultural Cassiano Ricardo, registrado no valor de R\$121 (R\$128 em 2012), refere-se a promoção de eventos musicais no Parque.

O contrato firmado com o Ministério da Cultura, registrado no valor de R\$37 (R\$44 em 2012), refere-se a subvenção (doação) para recuperação do Parque Vicentina Aranha.

10. RECEITAS

	2013	2012
Subvenções para custeio	7.177	4.665
Doações diversas	193	55
Receitas com serviços	33	-
Outras receitas	44	75
	7.447	4.795

A rubrica "Receitas", registrada no valor de R\$7.447 (R\$4.795 em 2012), é composta pela realização dos projetos de subvenção, com característica de contratos e convênios, bem como doações e serviços prestados na própria Associação.

Em 2013, foi exposto na Associação o tema de saúde mediante contrato de específico firmado com o Centro de Oncologia do Vale, no valor de R\$ 25. A Associação também arrecadou R\$ 8 através de apresentações culturais realizadas no Centro da Juventude, localizada no Paqrue Industrial, totalizando assim uma receita de serviço de R\$ 33 no exercício.

11. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2013	2012
Despesa com serviços de terceiros	3.249	838
Despesas com pessoal	2.149	1.464
Despesas administrativas	1.057	938
Outras	9	253
	6.464	3.493

A rubrica "Despesas gerais e administrativas", registrada no valor de R\$6.464 (R\$3.493 em 2012), é composta por valores pagos a coloboradores da Associação, bem como serviços de vigilância, limpeza, manutenção e serviços de terceiros especializados.

12. CUSTOS COM PROJETOS

	2.013	2.012
Outros serviços prestados FCCR - pessoa jurídica	202	130
Musicos e corpo de orquestra - pessoa física	200	484
Produtor executivo - pessoa jurídica	151	162
Locação de equipamentos para produção	101	126
Musicos e corpo de orquestra - pessoa jurídica	74	120
Alimentação musicos	39	12
Despesas administrativas FCCR	33	72
Materiais de produção	22	115
Arquivista - pessoa jurídica	20	17
Regente e diretor artistico - pessoa jurídica	4	24
Inspetor - pessoa jurídica	3	1
Montadores - pessoa jurídica	2	6
Regente e diretor artistico - pessoa física		11
Concertistas convidados - pessoa jurídica	-	11
Produtor executivo - pessoa física		11
	851	1.300

A rubrica "Custos com projetos", registrada no valor de R\$851 (R\$1.300 em 2012), é composta por gastos relacionados aos eventos promovidos pela Associação, em decorrência do convênio nº 004/P/2013, firmado com a Fundação Cultural Cassiano Ricardo, e o contrato nº 27.196, firmado com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, para educação musical nas escolas municipais.

13. COBERTURA DE SEGUROS

A Associação não adota a política de contratar cobertura de seguros.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As transações financeiras efetuadas pela Associação em 2013 são pertinentes às suas atividades econômicas e estão relacionadas à contas a pagar e a receber com vencimento de curto prazo. Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados no balanço social próximos aos valores de mercado.

A Associação não utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a exposição de seus ativos e passivos aos riscos de mercado referentes às taxas de juros e a oscilações de moeda no mercado mundial.